

Uma das integrantes do governo Lula com maior projeção internacional comemora os avanços no combate ao desmatamento. Mas lamenta os danos causados pela omissão do governo anterior no esforço por mais sustentabilidade

“Não há alternância com negacionista”

» ANA DUBEUX » DENISE ROTHENBURG » CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA

A perspectiva de alcançar 1,5°C de temperatura que estava planejada para 2043 chegou no ano passado. Agora é não deixar subir mais, não tem mais janela, não pode ultrapassar 1,5°C e estamos trabalhando cada vez mais para cumprir as metas até 2050”, afirma a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Ela planeja, traça

estratégias e trabalha em múltiplas frentes animada por esse sentimento de urgência.

No primeiro ano do governo Lula, o desmatamento caiu 20% na Amazônia, e, no segundo, em 47%. Segundo Marina, esses índices comprovam a eficiência de um plano de preservação. E é essa a estratégia para reduzir o desmatamento em outros biomas: no Cerrado, no Pantanal e no

Pampa. “Essa perspectiva é uma demonstração de que os planos testados historicamente na Amazônia funcionam, levando a uma queda de desmatamento durante 10 anos em 83%, e, nesse primeiro ano e meio do governo do presidente Lula, de 47%”.

Mas ela reconhece que tem de enfrentar muitos desafios. Enquanto a legislação estabelece, no caso da Amazônia, que 80%

precisam ser preservados e só 20% usados; no Cerrado é o contrário: “Eu costumo dizer que os homens legítimos, mas a natureza não assimila.” Marina cita como exemplo desastroso a legislação aprovada pelo Congresso Nacional em 2021, durante o governo de Jair Bolsonaro, que estabeleceu que os municípios podem fazer mudanças nas áreas de preservação permanente. Ou seja,

permitir edificações mais próximas à margem dos rios, dos córregos e das encostas: “E isso é um grande retrocesso que agora se refletiu de uma forma avassaladora no Rio Grande do Sul”, ressalta a ministra.

Aos 66 anos, a integrante do governo Lula de maior visibilidade internacional sabe que, na luta pela causa ambiental, há momentos para avançar e

para recuar. Mesmo ao sair do governo petista em 2008, em razão de fortes pressões políticas, acredita que contribuiu para tornar o Brasil um país sustentável. E agradece o apoio da opinião pública na defesa de suas convicções. “No tema ambiental, é muito importante a mobilização da sociedade”, diz. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

O desmatamento diminuiu na Amazônia, mas aumentou no Cerrado. Como a senhora vê isso?

Nós temos uma situação em que o plano de combate ao desmatamento da Amazônia já vem desde a nossa gestão passada. Foi abandonado no governo Bolsonaro, nós retomamos, e os efeitos da retomada do plano foram imediatos: uma redução. Quando a gente olha para o nosso período (a partir de 2023), sem o período do Bolsonaro, a redução foi de quase 50%. Quando a gente soma com o que herdamos do governo Bolsonaro, dá uma redução de 20%. É preciso fazer a contagem de agosto a julho. E não de janeiro a janeiro.

Estamos falando do primeiro período completo, então.

Sim, comparando 2024 com 2023. Nós conseguimos uma redução no primeiro ano (de agosto de 2022 a julho de 2023), quando você toma o período Bolsonaro, de mais de 20%; no segundo ano (de agosto de 2023 a julho de 2024), de 45,7%, em função das medidas todas que foram tomadas, que é essa série histórica que tem aqui.

Mas e em relação ao Cerrado?

Quando saímos do governo da vez anterior (em 2008), a gente estava começando o plano de combate ao desmatamento. A ideia era ter planos para todos os biomas. Mas isso não se concluiu, e, agora, nós finalizamos o plano, com uma diferença que o plano da Amazônia foi atualizado. O plano do Cerrado teve que ser feito, mas, na hora que ele foi implementado, nós começamos a ver uma inflexão, iniciada pela Bahia que teve uma redução de 52%. Isso ajuda a puxar o conjunto ali daquela região do Matopiba (sigla para designar os estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), mas também do Cerrado como todo. Ainda tivemos um aumento de 10,6% no Cerrado, mas nos últimos quatro meses, notamos que está ocorrendo uma queda consistente, com exceção do Piauí.

Há uma tendência de queda.

Se você observar o caso da Bahia, percebe que o ano passado foi de queda do desmatamento. Nos últimos quatro meses, a mesma coisa em relação ao Tocantins e ao Maranhão. A exceção, como eu falei, é do Piauí, que ainda tem um aumento. Essa perspectiva é uma demonstração de que os planos testados historicamente funcionam, levando a uma queda de desmatamento

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Tem uma parte do agro que há muito tempo percebeu o fator clima — e as circunstâncias estão impondo a todos nós considerá-lo. É um fator que leva à perda de produtividade. Há uma redução de mais de 28 milhões de toneladas na colheita de milho e soja na safra de 2023 e 2024”

na Amazônia em 83% durante dez anos e, nesse primeiro ano, e meio do governo do presidente Lula.

Costuma-se dizer que a Amazônia recebe todas as atenções e que os outros biomas ficariam prejudicados. Como avalia isso?

Eu acho que tem uma mudança de legislação. No caso da Amazônia, a legislação estabelece que 80% podem ser preservados e só 20% podem ser usados. No caso do Cerrado, é o contrário. Eu costumo dizer que os homens legítimos, mas a natureza não assimila. Nós já temos graves problemas no Cerrado, inclusive, na região do Matopiba, com redução da vazão dos principais rios em 19 mil metros cúbicos de água por segundo, uma baixa significativa do lençol freático e um retardo no início das chuvas que chega a ser de quase 25 dias. Isso tem um prejuízo do ponto de vista dos processos produtivos e está relacionado à

mudança do clima, além do próprio desmatamento, que, por si só, cria uma dinâmica ruim.

Houve retrocesso na legislação ambiental?

Olha, no governo Bolsonaro, houve várias tentativas de aprovação de leis no Congresso. Algumas delas tramitam até hoje, como o licenciamento, além de várias tentativas de retrocesso. Mas teve uma, particularmente, que estabeleceu que os municípios podem fazer mudanças nas áreas de preservação permanente, ou seja, permitir edificações mais próximas à margem dos rios, dos córregos e das encostas. E isso é um grande retrocesso, que se refletiu de uma forma avassaladora no Rio Grande do Sul. O Brasil tem um déficit de cerca de 10 milhões de hectares de área de preservação permanente. Desse 10 milhões, cerca de 700 mil estão no estado do Rio Grande do Sul.

Pelo que a gente conversa com o pessoal do agro, inclusive, no Congresso, parece que eles estão mais atentos à questão ambiental. Viram que, se não houver preservação, vão perder dinheiro. Está mais fácil dialogar com o agro?

Tem uma parte do agro que há muito tempo percebeu o fator clima — e as circunstâncias estão impondo a todos nós considerá-lo. É um fator que leva à perda de produção, de produtividade. Inclusive, tem um estudo aqui. Há uma redução de mais de 28 milhões de toneladas na colheita de milho e soja na safra de 2023 e 2024 (obviamente que 2024 ainda não fechou) em relação às previsões iniciais. E o prejuízo disso já é algo em torno de R\$ 41 bilhões. A tendência é que, quanto mais ocorram eventos extremos, em função da mudança do clima, maiores serão os prejuízos em relação à produtividade.

O agro apostou muito no bolsonarismo na eleição de 2022. Foi possível criar um diálogo?

Nossa disposição é do diálogo com todo o setor. O ministro Fátima (Agricultura) tem procurado fazer uma agenda cada vez mais intensa. Nós trabalhamos juntos o Plano Safra para que seja ele todo com agricultura de baixo carbono, inclusive, criando redutores em termos do percentual de juros para os agricultores que têm boas práticas, que usam bioinsumos, que fazem plantio direto, que ressemeiam mata ciliar, que têm digamos assim reserva legal, que têm área de preservação permanente respeitada. Cria-se um redutor na taxa de juros de juros. E isso tem sido muito positivo.

E as práticas sustentáveis têm resultado em ganhos de mercado?

Sim. É a questão de que o ministro Fátima sempre fala, de que conseguiu abrir mais de 160

novos mercados nesse um ano e meio de governo do presidente Lula. Na base dessa abertura de novos mercados estão os ganhos que alcançamos com uma agenda ambiental confiável. Obviamente que a confiança não é só por termos os planos, não é só por termos os compromissos políticos e os acordos internacionais, é pelos resultados que vêm sendo alcançados; pela redução de desmatamento que já conseguimos na Amazônia. Temos uma redução que foi algo em torno de 250 milhões de toneladas de CO² com os esforços que alcançamos o ano passado.

Isso tem impacto nas negociações com novos mercados consumidores?

Quando você vai para o diálogo com aqueles que gostariam de fechar negócios, para a nossa agricultura, isso dá a eles muito conforto. O ministério (da Agricultura) tem políticas consistentes, porque há uma pressão muito grande da opinião pública internacional, sobretudo na União Europeia, de que a agricultura brasileira possa estar aumentando e reforçando o desmatamento. Quando esses resultados são realizados com essa consistência, isso dá um conforto muito grande para os investidores.

A abertura de tantos mercados significa que os outros países entenderam que o Brasil preserva o meio ambiente?

Com certeza as pessoas têm a clareza de que esse governo tem compromisso com o meio ambiente. Agora, é muito difícil dizer que um país já é (preservador do meio ambiente). Até porque, nas democracias, a gente está sujeito às sazonalidades. Em alguns casos, foi possível preservar durante um período, mesmo com troca de governo. No caso do Reino Unido, na transição de um governo progressista para um governo conservador, políticas ambientais foram preservadas. Só não é possível ter alternância entre quem defende a ciência e quem é negacionista. Você pode até ser conservador, mas não pode negar o que a ciência está dizendo. Quando vem essa ameaça negacionista, é muito perigoso. Porque você tem uma descontinuidade, como Trump tentou impor nos Estados Unidos, como Bolsonaro fez aqui no Brasil. Nos Estados Unidos, só não foi mais grave porque alguns estados reagiram e porque uma parte do empresário ameaçou não comprar energia gerada de carvão.